

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.766.042 - SP (2020/0250682-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : ESMERALDO BERNARDO BARBOSA
ADVOGADO : LUIS ADRIANO ANHUCI VICENTE - SP155813

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, assim resumido:

PROCESSUAL CIVIL PREVIDENCIÁRIO JUSTIÇA
GRATUITA HIPOSSUFICIÊNCIA COMPROVADA

Quanto à controvérsia, pela alínea "a", do permissivo constitucional, alega violação do arts. 98 e 99 do CPC, no que concerne à concessão dos benefícios da justiça gratuita, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

No caso, a parte autora recebe proventos acima de R\$ 4.000,00, conforme restou expressamente consignado no acórdão recorrido. Como se vê, com a parte recorrente não faz jus aos benefícios da justiça gratuita, por ser possuidora de renda suficiente para arcar com seus gastos mensais.

[...]

Com efeito, a parte recorrente faz parte de uma classe social privilegiada, estando acima do mediano mensal, , motivo pelo qual deve ser indeferido o benefício da gratuidade não podendo ser considerada NECESSITADA da Justiça .

[...]

No entanto, a presunção de veracidade da declaração de pobreza não é absoluta e, no caso, tal afirmação foi afastada com os documentos comprobatórios da situação da parte autora (fl. 69).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

No caso concreto, os documentos constantes dos autos comprovaram a alegada hipossuficiência.

Superior Tribunal de Justiça

As informações constantes do Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS e demais documentos juntados demonstram que o agravante mantém vínculo empregatício com remuneração mensal pouco superior a R\$6.000,00, em média, no período de janeiro a novembro de 2018.

Portanto, está caracterizada a insuficiência de recursos para o pagamento das custas e despesas processuais, nos termos do art. 98, *caput*, do CPC/2015 (fl. 37).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o reexame da premissa fixada pela Corte de origem quanto à existência ou não dos requisitos para a concessão da gratuidade de justiça às partes exigiria a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que não é possível em sede de recurso especial.

Nesse sentido, o STJ já decidiu sobre a “inviabilidade de verificar se as partes no caso poderiam ou não serem contempladas pelo benefício da gratuidade de justiça, por demanda reexame de contexto fático-probatório”. (AgInt no AREsp 897.498/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 16/8/2016.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.570.272/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 20/5/2020; AgInt no AREsp 1.000.602/RS, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 22/5/2020; AgInt no AREsp 1.564.850/MG, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 4/3/2020; AgInt no AREsp 1.173.115/RS, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 18/4/2018; REsp 1.784.623/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente